

GÊNERO E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX: O OFÍCIO DA MULHER EM FOCO NAS FONTES HISTÓRICAS

Yáscara Sibelly de Souza Campos (UERN)

Introdução

Partindo do contato com as fontes, propugnou-se como relevante problematizar dentro da história cultural a história das mulheres sob o âmbito educacional no século XIX, compreendendo a preocupação dos novos estudos historiográficos em pluralizar os objetos de investigação e os sujeitos agentes do processo. Nessa perspectiva, torna-se relevante a menção de Michelet (1997, p. 276) ao considerar as relações dos sexos como um dos motores da história.

A temática direcionada à representação da mulher sempre foi evidenciada na historiografia como estando calcada a uma ordem patriarcal que a mantinha silenciada e/ou subjugada socialmente a uma cultura machista, afastando-a dos espaços públicos. Em sua obra *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (2003, p. 217) explicita que:

As mulheres não tinham história, não podendo, conseqüentemente, orgulharem-se de si próprias. [...] Uma mulher não nascia mulher, mas tornava-se mulher. Para que isto acontecesse ela deveria submeter-se a um complexo processo no seio de uma construção histórica cujo espírito determinaria seu papel social.

Na verdade, este cenário apenas ratifica a exclusão da figura feminina de seus papéis sociais, situando-se como coadjuvante numa paisagem fortemente marcada pela atuação e poder do homem em detrimento da fragilidade do sexo feminino, predisposto à vida doméstica. Ora, o que se configura então é não apenas a negação do espaço social à mulher, mas também o conseqüente distanciamento de sua participação nas escolas, ou melhor, da educação formal.

É preciso respaldar que o século XIX, período inicial de instituição de escolas femininas no Brasil pela missionária Martha Watts, buscava-se fazer das moças boas mães, boas esposas. Embora se possa dizer que, observando-se numa perspectiva de longa duração, este espaço escolar veio tornar-se um espectro de profissionalização da mulher, pois ocorrerá o fenômeno de feminização do magistério, onde a mulher sairá do espaço quintal/casa para transitar, mesmo com muitas restrições, por lugares públicos e privados. Essa dinâmica presumirá um processo dialético, onde a mulher estará entre a resistência de ter de passar por conflituosas relações para o acesso aos espaços públicos e privados também pela conformação porque embora esta escola favorecesse novos debates, ainda prescindia-se e reforçava-se o papel da mulher como aquela cuja função era voltada às tarefas do lar e da família.

A educação da mulher do século XIX: análise das fontes históricas da Fundação Vingt-un Rosado

Mediante o debruce sob a temática concernida no estudo da história das mulheres no que diz respeito à questão educacional no século XIX, o local selecionado para o desdobramento da investigação foi a Fundação Vingt-un Rosado, por disponibilizar um acervo considerável de obras de cunhos históricos: as falas dos presidentes de província do Rio Grande do Norte de 1835-1859, assim como, preserva as edições do século XIX do jornal *O Mossoroense*.

Dessa maneira, o direcionamento às leituras deu-se primeiramente nos jornais dos anos 1872 e 1873, visando observar quais questões pertinentes à educação estavam implícitas naqueles documentos. Adentrando mais a fundo nas fontes, um livro, ou melhor, um manual com o título *Noções da Educação Doméstica* (ALBUQUERQUE) aspirou a problematização do ensino com o enfoque na educação feminina, isto porque embora houvesse escolas mistas, tinha-se, desde o período monárquico, uma preferência em educar as jovens sob os princípios da moralidade e preceitos do lar.

Neste sentido, o manual constatou proficuamente a observação anterior, pois logo no prólogo a obra ratifica a relevância da aquisição dos acontecimentos científicos e profissionais na vida feminina, mas ascende à educação doméstica como instrumento imprescindível a esta,

já que, ao casar-se seriam os saberes domésticos que diferenciariam a mulher no ofício de esposa. Assim, a defesa do manual atesta que:

Por excelente que seja a educação científica, literária e artística de uma Jovem, ou a sua profissão, ofício ou negócio não servirá para a mulher Casada se não tiver os indispensáveis conhecimentos de economia doméstica, muito mais indispensáveis no matrimônio para o governo da casa, do que tudo que lhe possam ensinar nos colégios e nas universidades. O valor do dinheiro e a sua prudente aplicação; o valor nutritivo dos alimentos, e a melhor maneira de os preparar sem desperdício ; O arranjo e a limpeza dos aposentos [...]; a manufatura de bordados e peças; a distribuição do dinheiro são temas capitais de estudo e aprendizagem para as aspirantes esposas (ALBUQUERQUE, p. 17).

Pode-se dizer que a função de circunscrever a temática perpetuou-se por ter encontrado lacunas nas fontes, dando margem a uma ideia de ambiguidade quanto ao ofício feminino no cenário social, tendo-se em vista que o manual prescrevia os conhecimentos domésticos como instrução básica à mulher, deixando subentendido que o sexo feminino deve ser preparado para a administração ou gerência do lar. Tanto é que nas lições é eminentemente norteadas a atuação dela, sujeita à esfera doméstica, como demonstra a parte I do manual – alimentação, e o exercício proposto:

Princípios alimentares – Convém insistir sobre um princípio de grande relevo em higiene. Não basta que nos alimentemos. É preciso saber como fazê-lo, isto é, como orientar a nossa alimentação. [...]. Exercícios –
1-Qual a diferença entre alimentação e nutrição?
2-Um homem normal com 1.59 cm de altura que peso deve ter?
(ALBUQUERQUE, p. 20)

Partindo das menções realizadas, o cerne da problemática levantada fundamentou-se na seguinte indagação: Como procedia a educação feminina no século XIX, e qual o discurso da população mossoroense presente nos jornais em relação a esta formação? Existe a proeminência de uma idéia dual de contrariedade a respeito do ofício da mulher na sociedade?

Primeiramente, antes da apropriação das fontes para submetê-las a análise, faz-se primordial situar que o ensino, fosse ele direcionado para os meninos ou meninas, tinha por finalidade não apenas o ensino das letras, porém, transcender esse âmbito inserindo conceitos e valores de moralidade e patriotismo. Isso fazia do professor o instrumento mais importante

para a construção dos saberes do ensino primário e secundário, sendo que se o mesmo não estivesse preparado à instrução, o índice de aproveitamento dos conteúdos, segundo a perspectiva da época, tenderia a ser menor, não ocorrendo o aprendizado dos ditos “bons costumes”.

Na Província do Rio Grande do Norte a questão da instrução achava-se delicadamente afetada por problemas relacionados à sua qualificação. Em Fala do Presidente da Província, D. Manoel de Assis Mascarenhas, em 1839, explicita o seguinte comentário:

He factó averiguado, que a instrução primária se acha em grande atraso, e que necessita de medidas promptas e adequadas que levam, ao ponto de prestar utilidade e compensar a avultada despesa, que ella fez o coffre provincial. A maior parte dos professores fallecem os requisitos necessários para o bom desempenho dos deveres do magistério; mas sendo os seus provimentos vitalícios, não podem elles ser suspensos, nem demittidos, se não em certos, e determinados casos, e por consequência não tem governo meio legal de evitar semelhante inconveniente, o qual principalmente concorre para o estado deplorável, a que está reduzido este importante ramo do serviço público (1840, p. 133).

Ora, a fonte vem esclarecer exatamente que os próprios Presidentes da Província eram conscientes da calamidade a qual a educação era vítima, e que, portanto, faziam-se necessárias medidas que levassem ao melhoramento da situação. Sendo assim, as Chamadas “medidas promptas e adequadas” apontadas acima, estavam relacionadas a duas ações enérgicas, citando uma das alternativas o envio de alguns professores para cursos de formação no Rio de Janeiro como mostra a citação:

Nem eu descubro meio mais abrupto, e eficaz de dar impulso, do que estabelecendo-se nesta capital huma escola normal aonde sejam obrigados a reabilitar-se os que se destinarem ao magistério público. Foi movido desta consideração, que no dito relatório solicitei authorisação para mandar hum ou dois moços de reconhecido talentos e conducta regular para a escola normal estabelecida na capital da província do Rio de Janeiro, afim de instruírem nas disciplinas que ali se ensinam e regressarem depois para esta capital, aonde devem transmitir aos seus concidadãos os conhecimentos que houvessem aprendido (1840, p. 173).

Como se pode notar, toda a preocupação girava em torno da melhoria do âmbito educacional já que se tinham também gastos dos cofres públicos com este eixo, tendo que pagar e investir na formação de professores, pois não havendo êxito no sistema, a aplicação não seria válida. Os sujeitos enviados para essa formação, que precisavam ter uma boa conduta, deixando subentendido que não era qualquer pessoa, portanto, tinham de ir buscar o conhecimento e depois retornarem à Província para executar aquilo que lhes fora proposto: auxiliar no tipo de ensino ali existente.

Um outro ponto que merece grifo remete-se a quem era responsável por esse tipo de instrução e que instituições forneciam esta formação. Se esse tipo de ensino era para um estrato social (a mulher), o qual era indicado ter determinada postura com relação ao lar, poderia esta assumir uma atribuição profissional? É justamente nesta passagem que se nota a contrariedade existente entre o que o manual propunha em suas lições X e o que perceptivelmente viam-se nos editais solicitando professoras; e até mesmo Senhoras que lecionavam aulas tipicamente domésticas, como também abarcavam outras disciplinas. Valendo salientar, que essas escolas localizavam-se especialmente na capital, e sendo particulares, os pais enviavam suas filhas para estudar nelas. Esse quadro pode ser comprovado em nota publicada por uma Professora, no jornal *O Mossoroense*, anunciando um colégio feminino em Natal:

Chamamos a atenção dos pais de família, principalmente do interior da Província para o annuncio, que hoje publicamos, da distincta Professora Pública da Capital, a Ex^{MA}. Sr. D. Izabel Gondim, propondo-se a tomar como pensionistas aquelas de suas jovens patricias, cujos paes comprehendendo o valor dos ricos dosns do entendimento, queirão dotal-as por esse utilíssimo modo. Propõe ensinar-lhes tudo awuilo que constitui o ensino primário entre nos e mais Francez, Geographia, Hystora, Música e Piano. Conhecedores a muito tempo da dedicação às letras e mais ainda dos exforços que tem empregado essa talentosa Sra. Para a cultura de seu elevado espírito, podemos afiançar que andarás acertado todo o pai que se utilizar das proficientes lições de tão intelligente professora, para a instrução satisfatória e esmerada educação de suas filhas (*O MOSSOROENSE*, 1873).

Portanto, o objetivo do ensino para a figura feminina circundava na esfera de instrução para o casamento, através de lições que tratavam das atividades da casa; não se podendo esquecer do ensino das letras, francês e música, os quais podiam proporcioná-la um único

ofício fora do casamento, no caso, a carreira do magistério, que sobressaiu como campo exclusivo de atuação feminina sem a grande sobrecarga de preconceitos.

Um dado relevante é que essa situação configurava-se em todo o território brasileiro. Na sociedade carioca, por exemplo, as professoras além de serem mal remuneradas recebiam pouquíssimo reconhecimento, e especialmente, senão apenas as “mulheres distintas” desenvolviam algum tipo de atividade desse teor. Segundo June Hahner (1889, p. 139), “ao final do século XIX, estava em andamento o processo de substituição dos homens por mulheres, recebendo salários menores, nas escolas primárias em todo o país, no Rio de Janeiro, em 1872, as mulheres já eram cerca de um terço de todos os professores”.

Outrossim, um aspecto ainda não elucidado diz respeito ao modo como a população expressava seus posicionamentos, quando por exemplo, na Província do Rio Grande do Norte a instrução pública fecha algumas cadeiras pela falta de professoras, senão, pela má qualidade da formação destes e dos consequentes resultados negativos. Observa-se que os pais, e comunidade em geral, utilizavam os jornais como um meio de denunciar e anunciar os problemas sociais, exigindo tomadas de decisões para o solucionamento dos problemas públicos. No caso da educação feminina, como sempre o ponto enfático dava-se pela preservação dos bons costumes religiosos e familiares, onde o professor tinha de ser suficientemente perspicaz para direcionar os ensinamentos impostos como essenciais à vida, pois a sua ineficiência era passível de reclames nos meios de comunicações. Um noticiário sobre a instrução pública feito no jornal de 1873 *O Mossoroense* elucidava bem a presente abordagem:

Já vai para seis meses, que a cadeira do ensino primário do sexo feminino desta cidade está desprovida de professora [...]. A instrução primária não se limita unicamente ao simples ensino do – alfabeto, e dos primeiros rudimentos da língua pátria, ella abrange principalmente todos os ellementos de educação para os bons costumes da moralidade dessas creaturas, que, não tendo rasão desenvolvida, mal podem saber distinguir o bem do mal. Mas não é pela forma de ensino adoptado em Mossoró que se pode chegar a esse fim; porque aquillo que exteriormente nos parece prática regular de ensino, nada mais é de que uma aglomeração desordenada de crenças sem direcção, guiadas por suas próprias vontades, entregues aos desregramentos de sua inexperiência [...]. E o Mestre dorme [...] deixando ordem para se retirarem sem licção, e sem haverem aproveitado ou aprendido com as horas perdidas que ali passaram. É a isto que se pode chamar de instrução primária, e nem é assim que se educa a mocidade. A não mudar, pois, o methodo o Sr. Professor nós continuaremos, a bem da educação pública, a reclamar

providencias, porque estamos certos de que por tal forma, em sua aula, nem se aprende a ler e nem se adquirem costumes que fazem o bom cidadão (*O MOSSOROENSE*, 1873).

Como já foi dito, neste fragmento do jornal evidencia-se a preocupação com os princípios morais, os quais eram molas mestra da educação da mulher no século XIX, tornando-a cativa aos protótipos estabelecidos socioculturalmente de um gênero propício para as atividades do lar; não bastando para tanto ter-se o conhecimento do alfabeto e até mesmo da língua, pois estes não ensinariam os saberes necessários à vivência e distinção entre as coisas erradas e as corretas. Nesse sentido, se o professor não demonstra eficácia no desempenho de sua atuação como orientador de conhecimentos científicos, mas essencialmente de princípios morais, em nada estará havendo a apreensão de qualquer tipo de conhecimento ou noções de respeito e moralidade.

Portanto, como avaliação final do esboço de uma problemática emergente do contato com as fontes, constatou-se uma preocupação em estar discutindo as questões relativas ao ensino, e aqui principalmente, a educação da mulher, tanto nos manuais que vislumbravam por meio de suas lições formarem modelos de esposas do lar, daí a finalidade das escolas domésticas; quanto nos jornais e falas dos Presidentes de Províncias que mostravam os descontentamentos da população com o proceder do lecionar dos professores. Sendo assim, em suma, o ofício da mulher quando transcendera a função de mãe, mulher, e gerente do lar, delimitara-se à de professora dos bons preceitos da sociedade daquele momento histórico no século XIX.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Irene. *Noções de Educação Doméstica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Costa, s/d.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COLEÇÃO MOSSOROENSE. *Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte de 1835-1859*. Fundação Guimarães Duque, série “G”, n. 08, julho de 2001.

HAHNER, June. Pobreza e Política. *Os pobres urbanos no Brasil: 1870-1920*. Brasília: Ed. UNB, 1989

JORNAL *O MOSSOROENSE*. ANO II, n. 33, p. 9, 31 de maio de 1873.

JORNAL *O MOSSOROENSE*. ANO II, n. 49, 23 de setembro de 1873.

MICHELET. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003.